

SUMÁRIO

LIVRO I – DIREITO MATERIAL

Rafael Carvalho Rezende Oliveira

1. INTRODUÇÃO	3
1.1. A importância do combate à corrupção	3
1.2. Conceito de improbidade administrativa e o princípio da juridicidade	6
2. FONTES NORMATIVAS	11
2.1. Antecedentes normativos	11
2.2. Quadro normativo atual: fontes internacionais, constitucionais, legislativas e regulamentares.....	14
2.2.1. Fontes internacionais.....	14
2.2.2. Fontes constitucionais.....	15
2.2.3. Fontes legislativas	16
2.2.4. Fontes regulamentares	16
2.3. Discussão quanto à constitucionalidade da Lei 8.429/1992	17
2.4. A competência legislativa e a natureza da Lei 8.429/1992: Lei nacional ou federal?.....	19
2.5. Irretroatividade da Lei 8.429/1992	21
3. CONTROLE DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	25
3.1. Controle preventivo	25
3.2. Controle repressivo	26
4. SUJEITOS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	29
4.1. Sujeito passivo	29
4.1.1. Administração Pública Direta e Indireta	34
4.1.2. Consórcios públicos de direito público e de direito privado ..	34

4.1.3. Concessionários e permissionários de serviços públicos (concessões comuns e Parcerias Público-Privadas): inaplicabilidade do art. 1.º da Lei de Improbidade Administrativa.....	36
4.1.4. Terceiro Setor: Serviços Sociais Autônomos, Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e outras entidades.....	38
4.1.5. Sindicatos	40
4.1.6. Partidos políticos	41
4.2. Sujeito ativo	42
4.2.1. Agentes públicos	42
4.2.1.1. Agentes públicos de direito e agentes públicos de fato	43
4.2.1.2. Agentes políticos (membros dos Poderes Executivo e Legislativo): Lei de Improbidade Administrativa e crime de responsabilidade.....	45
4.2.1.3. Lei de Improbidade Administrativa e a “Lei da Ficha Limpa”.....	53
4.2.1.4. Membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas.....	55
4.2.1.5. Militares	58
4.2.1.6. Empregados e dirigentes de concessionárias de serviços públicos: inaplicabilidade do art. 2.º da Lei de Improbidade Administrativa.....	63
4.2.1.7. Os advogados e o alcance da Lei de Improbidade Administrativa.....	65
4.2.1.8. Árbitros não são agentes públicos para fins de improbidade	66
4.2.1.9. Notários e registradores	67
4.2.2. Terceiros	68
4.2.2.1. As condutas do terceiro e o elemento subjetivo	68
4.2.2.2. Aplicação das sanções ao “terceiro” pressupõe a prática de improbidade administrativa por agente público ...	69
4.2.2.3. Adequação das sanções e a expressão “no que couber”	70
4.2.2.4. Pessoas jurídicas	71
5. ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	75
5.1. Característica comum dos atos de improbidade: tipificação aberta e rol exemplificativo	75
5.2. Enriquecimento ilícito (art. 9.º da Lei 8.429/1992).....	76

5.2.1. Enriquecimento ilícito x enriquecimento sem causa (art. 9.º da Lei 8.429/1992).....	78
5.2.2. Elemento subjetivo: dolo.....	79
5.2.3. Condutas comissivas ou omissivas.....	80
5.2.4. Sanções para o enriquecimento ilícito (art. 12, I, da Lei 8.429/1992).....	81
5.3. Danos ao erário (art. 10 da Lei 8.429/1992).....	82
5.3.1. Erário e patrimônio público.....	83
5.3.2. Elemento subjetivo: dolo ou culpa.....	85
5.3.3. Condutas comissivas ou omissivas.....	87
5.3.4. Sanções para o dano ao erário (art. 12, II, da Lei 8.429/1992).....	87
5.4. Violação aos princípios da Administração Pública (art. 11 da Lei 8.429/1992).....	88
5.4.1. Elemento subjetivo: dolo.....	89
5.4.2. Condutas comissivas ou omissivas.....	91
5.4.3. Sanções para a violação aos princípios da Administração Pública (art. 12, III, da Lei 8.429/1992).....	91
5.5. Ordem urbanística (art. 52 da Lei 10.257/2001 – Estatuto da Cidade).....	92
5.5.1. Estatuto da Cidade e a Lei 8.429/1992.....	93
5.5.2. Sujeito ativo: Prefeito e Governador do Distrito Federal.....	93
6. PRESCRIÇÃO.....	95
6.1. Mandato, cargo em comissão e função de confiança (art. 23, I, da Lei 8.429/1992).....	96
6.2. Servidores temporários (art. 37, IX, da CRFB).....	99
6.3. Servidores estatutários e empregados públicos (art. 23, II, da Lei 8.429/1992).....	100
6.3.1. Improbidade e conduta tipificada como crime.....	103
6.4. Prescrição e terceiros.....	105
6.5. Imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário: controvérsias.....	108

LIVRO II – DIREITO PROCESSUAL

Daniel Amorim Assumpção Neves

7. MICROSSISTEMA COLETIVO.....	115
7.1. Conceito.....	115
7.2. Microssistema coletivo e a ação de improbidade administrativa.....	119

8. NATUREZA DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	123
8.1. Ação de natureza civil.....	123
8.2. Tutela jurisdicional coletiva.....	124
8.3. Natureza do direito material tutelado na ação de improbidade administrativa.....	126
8.4. A ação de improbidade administrativa é ação civil pública?.....	129
9. LEGITIMIDADE	133
9.1. Espécies de legitimidade	133
9.2. Legitimação ativa	135
9.2.1. Introdução	135
9.2.2. Pessoa jurídica interessada	135
9.2.3. Ministério Público	138
9.2.4. Litisconsórcio entre os legitimados	140
9.2.5. Atuação superveniente do Ministério Público como autor.....	141
9.3. Legitimidade passiva.....	141
9.3.1. Legitimados passivos.....	141
9.3.3. Litisconsórcio passivo.....	143
9.4. Legitimação bifronte das pessoas jurídicas interessadas.....	147
9.5. Sucessão processual no polo passivo	150
10. COMPETÊNCIA	153
10.1. Introdução	153
10.2. Competência da Justiça Brasileira.....	154
10.3. Competência originária dos tribunais superiores.....	154
10.4. Competência de Justiça Especializada	157
10.5. Competência da Justiça Comum	158
10.6. Competência originária dos tribunais de segundo grau	160
10.7. Competência do foro	161
10.8. Competência de juízo	165
11. CONEXÃO E LITISPENDÊNCIA	167
11.1. Conceitos e efeitos.....	167
11.2. Efeitos da conexão na tutela coletiva.....	169
11.2.1. Reunião das demandas.....	169
11.3. Prevenção do juízo	175
12. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	177
12.1. Introdução	177
12.2. Legitimidade	178

12.3. Requisitos formais da representação.....	181
12.4. Procedimento.....	182
12.5. Processo administrativo e inquérito civil.....	185
13. PROCEDIMENTO JUDICIAL.....	187
13.1. Introdução.....	187
13.2. Petição inicial.....	188
13.2.1. Introdução.....	188
13.2.2. Endereçamento.....	188
13.2.3. Nome das partes e sua qualificação.....	189
13.2.4. Causa de pedir.....	189
13.2.5. Pedido.....	192
13.2.6. Valor da causa.....	194
13.2.7. Pedido de provas.....	195
13.2.8. Pedido de citação do réu.....	196
13.2.9. Instrução da petição inicial.....	197
13.3. Recebimento da petição inicial e defesa prévia.....	199
13.3.1. Introdução.....	199
13.3.2. Justificativas para a existência de uma fase de defesa prévia..	199
13.3.3. Cumprimento da exigência legal.....	201
13.3.4. Procedimento.....	202
13.4. Instrução probatória.....	208
13.5. Sentença.....	209
13.5.1. Introdução.....	209
13.5.2. Sentença terminativa em caso de abandono e desistência.....	209
13.5.3. Sentença homologatória de transação.....	210
13.5.4. Sentença de procedência e as “penas” previstas pelo art. 12 da Lei 8.429/1992.....	211
13.5.4.1. Introdução.....	211
13.5.4.2. Perda dos bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.....	212
13.5.4.3. Ressarcimento integral do dano.....	213
13.5.4.4. Perda da função pública.....	216
13.5.4.5. Suspensão dos direitos políticos.....	220
13.5.4.6. Multa civil.....	222
13.5.4.7. Proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.....	224
13.5.4.8. Proporcionalidade e razoabilidade na aplicação das penas.....	226

14. COISA JULGADA	229
14.1. Introdução	229
14.2. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	230
14.3. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	236
14.4. Limitação territorial da coisa julgada	238
15. MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	243
15.1. Introdução	243
15.2. Indisponibilidade de bens	243
15.2.1. Natureza jurídica	243
15.2.2. Atos de improbidade e indisponibilidade	246
15.2.3. Legitimidade ativa	247
15.2.4. Objeto da garantia	249
15.2.5. Limites impostos ao ato de constrição	251
15.2.6. Forma do pedido de indisponibilidade	253
15.2.7. Concessão liminar da medida cautelar	255
15.2.8. Requisitos para a concessão	256
15.2.9. Prazo para a propositura da ação principal	258
15.3. Sequestro	260
15.3.1. Natureza jurídica	260
15.3.2. Atos de improbidade e sequestro	264
15.3.3. Legitimidade ativa	264
15.3.4. Objeto da garantia	265
15.3.5. Limites impostos ao ato de constrição	265
15.3.6. Forma do pedido de sequestro	265
15.3.7. Concessão liminar do sequestro	266
15.3.8. Requisitos para a concessão	268
15.4. Prazo para a propositura da ação principal	269
15.5. Afastamento provisório do cargo, emprego ou função	270
15.5.1. Natureza jurídica	270
15.5.2. Requisitos para a concessão	270
15.5.3. Tempo de duração	273
15.5.4. Sujeitos passivos da medida	274
15.5.5. Excepcionalidade do pedido	275
BIBLIOGRAFIA	277